



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO  
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA  
REGISTRADO(A) SOB Nº

169

**ACÓRDÃO**



\*03351634\*

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 990.10.290311-7, da Comarca de São Paulo, em que é apelante PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS sendo apelado EDSON MARTINS DE SOUZA (JUSTIÇA GRATUITA).

**ACORDAM**, em 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "DERAM PROVIMENTO EM PARTE AO RECURSO. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CESAR LACERDA (Presidente) e JÚLIO VIDAL.

São Paulo, 14 de dezembro de 2010.

**CELSO PIMENTEL**  
**RELATOR**

Q 1. Requerimento administrativo do pagamento e recusa da seguradora não constituem pressupostos da ação de cobrança e não afastam o interesse de agir.

2. Certa a incapacidade e incontroverso o nexos com o acidente, o autor faz jus a indenização, reduzida ao valor correspondente a percentual do montante de treze mil e quinhentos, segundo tabela da SUSEP, e ao reembolso das despesas médicas comprovadas, mantido o disposto sobre verba de sucumbência.

Seguradora apela da respeitável sentença que acolheu em parte demanda condenatória ao pagamento de indenização de seguro obrigatório. Insiste na carência, por falta de requerimento administrativo. Nega a obrigação, sustentando que o laudo pericial não aponta o grau da invalidez do autor. Busca a inversão do resultado.

Vieram preparo e resposta.

É o relatório.

Requerimento administrativo do pagamento do seguro obrigatório e recusa da seguradora não constituem pressupostos da ação e não afastam o interesse de agir. Nesse sentido, há precedentes desta 28ª Câmara.\*

\* Ap. 911.038-0/0, rel. Des. RODRIGUES DA SILVA, j. 27.9.2005; AI 1.022.415-0/1, rel. Des. CÉSAR LACERDA, j. 14.3.2007; AI, 1.148.098-0/8, j. 18.12.2007; Ap. 990.10.269429-1, j. 05.10.2010; Ap. 990.10.038762-6, decisão monocrática de 21 de julho de 2010; Ap. 990.09.267547-8, decisão monocrática de 09.02.2007, os quatro últimos deste relator.

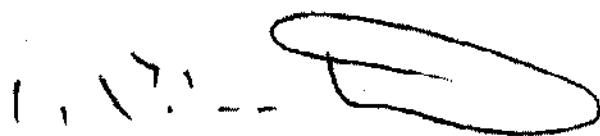
Vítima de acidente de trânsito em 28 de outubro de 2007 (fls. 3 e 11), com fratura do polegar direito (fl. 92), o autor apresenta "diminuição da força da mão, com prejuízo das funções de pinça e preensão" (fl. 93), de que lhe resultou "incapacidade parcial e permanente", segundo o laudo pericial (fl. 94).

Assim, certa a incapacidade e incontroverso o nexó com o acidente, o autor faz jus, segundo a tarifação constante da Tabela da SUSEP, a 25% da indenização máxima de até treze mil e quinhentos reais, além dos cento e cinco reais e sete centavos correspondentes ao reembolso das despesas médicas comprovadas (fls. 21/23), como estabelece o art. 3º, "c", "II" e "III" da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com a redação da Lei 11.482/07.

Por isso, reduz-se a condenação a três mil quatrocentos e oitenta reais e sete centavos, com correção monetária pela tabela prática desta Corte desde o evento e juros desde a citação.

Em suma, mantêm-se o decreto de parcial procedência, com redução da indenização, e o disposto sobre verba de sucumbência, porque fixada no mínimo legal e já considerada a decadência do autor (CPC, art. 21).

Pelas razões expostas e para o fim assinalado, dá-se parcial provimento ao recurso.

  
Celso Pimentel  
relator